



**ACÓRDÃO Nº1595/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11757/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sergio Paulo Monteiro Litaiff Filho (Ordenador de Despesa), Flávio Cordeiro Antony Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Ruy Silvio Lima de Mendonça - OAB/AM 867A e Jose Luiz Franco de Moura Mattos Junior - OAB/AM 5517
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4817/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Recomendação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. **Flávio Cordeiro Antony Filho**, responsável pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, no curso do exercício 2020, no período de 01.01.2020 e 15.06.2020, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. **Sergio Paulo Monteiro Litaiff Filho**, responsável pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, no curso do exercício 2020, no período de 16.06.2020 a 31.12.2020, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da



**ACÓRDÃO Nº1595/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10.3. Dar quitação** ao Sr. **Flávio Cordeiro Antony Filho**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10.4. Dar quitação** ao Sr. **Sergio Paulo Monteiro Litaiff Filho**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10.5. Recomendar** à atual gestão da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS que, nas próximas prestações de contas:

**10.5.1.** Atente às futuras contratações observando preponderantemente a Lei nº 13303/2016 (Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) quanto ao processo licitatório e execução contratual, visto que a ADS possui forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, conforme Decreto nº 26747/2007;

**10.5.2.** Em obediência ao que preconiza o Decreto nº 26747/2007 e em observância à Lei nº 13303/2016, elabore, publique e mantenha atualizado o *Manual de Processo Licitatório* e o *Manual de Execução Contratual* próprios de empresa pública;

**10.5.3.** Adote em suas futuras contratações, observação direta à Lei Ordinária nº 4730/2018 (dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado do Amazonas) quanto à adoção de medidas de integridade, com observância da Lei nº 13303/2016.

**10.6. Arquivar** o processo após cumpridas as providências supracitadas.

**11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 1 de Agosto de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



**ACÓRDÃO Nº1595/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral